



Coleção
MINEIRIANA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

50 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

*trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o
desenvolvimento de Minas Gerais*

Aparecida Maciel da Silva Shikida
(Organizadora)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

**Secretário de Estado de Planejamento e
Gestão (Seplag)**

Otto Alexandre Levy Reis (janeiro de 2019 a
abril de 2021)

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz

31.275-150 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3448-9400

Home page: <http://www.fjp.mg.gov.br>

Fundação João Pinheiro – FJP

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Todos os direitos reservados. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Fundação João Pinheiro.

F981 Fundação João Pinheiro – 50 anos de história e memória [recurso eletrônico] : trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais / organizado por Aparecida Maciel da Silva Shikida. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.
529 p. : il. (Coleção Mineiriana).
Formato: PDF

ISBN 978-65-88757-06-2 [recurso eletrônico]

1. Fundação João Pinheiro – História. I. Shikida, Aparecida Maciel da Silva.

CDU 061.61 FJP

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: DE 2007 A 2014 MANTENDO SEU CARÁTER ESTRATÉGICO E INOVADOR

Maria Isabel Araújo Rodrigues⁷⁷

Como instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG), a Fundação João Pinheiro (FJP) é fonte de conhecimento e informações para o desenvolvimento do estado e do país. Desde a sua criação, mantém como característica a inovação contínua na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais⁷⁸.

Considerando o papel estratégico da FJP no processo de tomada de decisão governamental, discorrer-se-á sobre o seu lugar e ofício na estruturação do Estado de Minas Gerais entre os anos de 2007 e 2014.

⁷⁷ Possui graduação em Direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1999), graduação em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (1998), especialização em Auditoria e Controle pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (2001) e é mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atualmente é diretora geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

⁷⁸ <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em 1 jun. 2019.

Em 2007, a Presidência da instituição era ocupada pelo historiador Amilcar Vianna Martins Filho⁷⁹, 22º. presidente da FJP. Amilcar Martins foi o presidente que mais tempo permaneceu no cargo: quatro anos e nove meses (6 de fevereiro de 2003 a 1 de novembro de 2007).

Elegi-me deputado e fiquei um período de quatro anos na Assembleia e depois voltei para a administração do Estado já no governo do Aécio Neves. Foi quando eu fui para a Fundação e fiquei muitos anos na instituição. Na verdade, até 2007, e eu já era do conselho da Mineiriana. Tinha muito contato e amigos na Fundação João Pinheiro e foi um convite natural, do governo de Aécio Neves. Quem me fez o convite foi o nosso professor Anastasia, conversei com ele e falei: eu não sou economista, não tenho formação nessa área, mas ele disse “é um cargo administrativo, você não tem que ser especialista e terá equipes. A Fundação João Pinheiro tem uma excelente equipe de técnicos e especialistas.” (MARTINS, 2018, p.04).

Amilcar Martins sempre demonstrou um carinho especial pelos trabalhos realizados pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) da FJP, com participação inclusive no Conselho da Mineiriana, projeto editorial da FJP vinculado a este Centro.

Uma coleção importantíssima. É provavelmente, é a maior coleção de assuntos mineiros publicados, além da Revista do Arquivo Público Mineiro, que é o maior conjunto de informação sobre a história de Minas Gerais, a Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro é extraordinária e teve um grande impulso durante a presidência do Roberto Martins (MARTINS, 2018, p.5).

Um dos trabalhos publicados em 2007, com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, foi o projeto *Experiências de Financiamento à Cultura em Municípios de Minas Gerais: Gastos Públicos, Aparato Institucional e Mecanismos de Incentivo*. O projeto construiu um referencial analítico visando a subsidiar a reflexão, por parte de gestores públicos, artistas, agrupamentos artístico-culturais, produtores, pesquisadores, acadêmicos e empresas interessadas no patrocínio de projetos culturais sobre as políticas públicas de cultura em âmbito municipal no estado de Minas Gerais.

⁷⁹ Graduado em História, mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em História pela *University of Illinois Champaign*.

Para construção de tal referencial, foi realizada análise dos gastos municipais em cultura tomando-se como parâmetro três principais indicadores de desempenho: gastos em cultura/gastos totais, gastos *per capita* em cultura e esforço de gasto *per capita* em cultura. Da análise de tais indicadores, foi possível apontar uma carência de investimentos no setor cultural, por parte das administrações municipais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, P 105).

Ainda em 2007, em 1º de novembro, Ricardo Luiz Santiago⁸⁰ assume a presidência da Fundação João Pinheiro, e permanece até 2 de dezembro de 2008. Antes de assumir a presidência da FJP, ele trabalhou em várias outras instituições de renome em pesquisa, desenvolvimento e planejamento. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Planejamento de Gestão Governamental; secretário-geral na Secretaria de Planejamento do Governo Federal, e gerente do Departamento Regional de Operações no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com ampla experiência no campo do planejamento e da pesquisa, ao assumir a presidência da FJP tinha como proposta tornar a avaliação de políticas públicas o carro chefe da FJP (SANTIAGO, 2018). Segundo ele, a instituição já possuía áreas com forte tradição, como o Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp) e as estatísticas oficiais, tais como Produto Interno Bruto (PIB), contas regionais, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e outros. Por isso, o que se buscava, na época, era a inclusão e o fortalecimento da área referente à avaliação de políticas públicas.

Eu fui chamado para ser presidente, obviamente, muito por meu currículo de Ipea, eu já tinha sido presidente e técnico do Ipea. E na época, a ênfase, provavelmente, era levar essa experiência para a FJP, principalmente o programa do Governo do Estado para resultados, que na verdade, é um tema de avaliação de políticas públicas. E esse foi o grande norte que eu queria implantar, entre as várias atribuições da Fundação e, estabelecer uma coisa muito específica, um programa específico, eu tenho certeza que continuou depois com o Afonso sendo presidente, ou seja, promover avaliação de política pública. Esse era o grande objetivo (SANTIAGO, 2018, p.5)

80 Ricardo Luiz Santiago, economista, foi o 23º presidente da FJP (2007-2008), no governo de Aécio Neves da Cunha em Minas Gerais.

No final de 2008, foi realizada, na FJP, em parceria com o BID e o Banco Mundial, uma reunião visando à reflexão e apresentação de propostas sobre a temática.

No primeiro ano, nós conseguimos fazer um seminário com o BID e o Banco Mundial sobre avaliação de políticas públicas, e exatamente nesse seminário aconteceu uma reunião de técnicos de várias instituições do Brasil, estabelecemos uma rede de monitoramento de avaliação de políticas públicas, uma rede que existe até hoje no Brasil e curiosamente foi implantada em uma reunião convocada pela FJP, com as pessoas presentes e que depois manteve vida própria. Surgiu dentro desse carro chefe de políticas públicas que a gente queria engatar, entre outras coisas (SANTIAGO, 2018, p.5).

Dos muitos representantes presentes, há os exemplos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Os debates culminaram na refundação da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, atuante no país até os dias de hoje e que:

[...] tem contribuído para a disseminação de informações e conhecimentos no campo do monitoramento e avaliação, por meio de seminários anuais, seminários regionais, cursos de curta duração e a publicação da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, sempre em parceria com diversas instituições (RBMA, 2016).

Durante 2008, a FJP se dedica também a outros projetos de igual importância e merece ser assinalada a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. No início de 2008, o Curso de Administração Pública (Csap)⁸¹ passa pelo processo de avaliação realizada por uma comissão constituída pelo Conselho Estadual de Educação, obtendo a renovação de seu reconhecimento com a nota máxima. Ressalta-se que essa graduação faz parte de uma das etapas do concurso público para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em Minas Gerais e é uma experiência única no país. Desde a sua criação, o curso mantém o pioneirismo

81 Inicialmente, chamado Curso Superior de Administração Pública, passou a, posteriormente, Curso de Administração Pública. A sigla pela qual é conhecido, Csap, permaneceu inalterada.

e o caráter inovador, sempre alinhado às práticas de ensino mais modernas. Além disso, o Csap possui sua excelência reconhecida e valorizada entre os diversos entes da Federação e no campo de públicas⁸² como um curso que contribui para a melhoria da gestão pública brasileira. Ele possui, ainda, sua excelência reconhecida por órgãos de regulação educacional externos, como Conselho Estadual de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Como exemplo, em 2006 o curso posicionou-se no primeiro lugar entre os cursos de administração no Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (Enade/Mec). No último Enade, realizado em 2015, posicionou-se novamente no primeiro lugar entre os cursos de administração pública e recebeu nota máxima. Além disso, o Csap sempre obteve notas elevadas no Índice Geral de Cursos (IGC) e cinco estrelas nas avaliações do Guia do Estudante. Em 2016 e 2017, ganhou ainda o Prêmio Melhores Universidades - Excelência Especializada, concedido pelo Guia do Estudante.

Ainda durante a presidência de Ricardo Santiago, em 2008, a Escola de Governo formou 1.765 alunos em seus cursos de capacitação, graduação, especialização e mestrado, acelerando o seu desenvolvimento no que se refere à oferta de cursos de capacitação e pós-graduação *lato sensu*. Além disso, implementou ações que contribuíram para a melhoria da nota do curso de mestrado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma dessas ações foi a instituição da avaliação de desempenho por resultados, que ainda se encontra vigente e permanece como modelo inovador no Poder Executivo do estado de Minas Gerais.

A Fundação João Pinheiro tem duas grandes áreas: a área de pesquisa e estudo, e a parte de ensino da escola. Preciso falar da escola que eu não conhecia e foi uma coisa

82 Campo de públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia (PIRES *at al.*, 2014).

fantástica, uma surpresa para mim [...] Eu conhecia da reputação da Fundação João Pinheiro, o trabalho, na época muito forte, nas áreas urbana e regional, entre outras coisas. O que eu não conhecia era a escola, que foi uma surpresa fantástica, eu sou um admirador dessa escola, eu acho uma experiência absolutamente fantástica para o Brasil, para formação de quadros no setor público. Enfim, essa escola que eu não conhecia. Aliás, sobre a FJP, a sua reputação foi o que me atraiu para aceitar o convite e voltar para Minas (SANTIAGO, 2018, p.7).

Em outro braço de estudo, a FJP apresentava, de dezembro de 1995 a julho de 2014, a *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED RMBH)*. Em 2008, a pesquisa apontou importantes resultados:

A taxa média de desemprego total diminuiu 19,7%, a maior retração observada de um ano para o outro. Ao passar de 12,2% em 2007, para 9,8% em 2008, alcançou o menor percentual desde o início da pesquisa (1996). A taxa de desemprego aberto decresceu de 8,8% para 7,5%, a de desemprego oculto pelo trabalho precário de 1,8% para 1,1% e a de desemprego oculto pelo desalento, de 1,6% para 1,2% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 02).

A *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED RMBH)* foi criada com o objetivo de “investigar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional, a partir de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, P. 01). Para realizá-la, a FJP adotou a metodologia desenvolvida em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996).

Em dezembro de 2008, o professor Afonso Henriques Borges Ferreira⁸³ passa a ocupar a presidência da FJP. O professor Afonso Henriques tem uma trajetória profissional bastante ligada à academia, em que atuou como professor no Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenou o Programa de Pós-graduação em Economia na mesma instituição e atuou como professor da Pós-graduação em Administração Pública na Escola de Governo.

83 Afonso Henriques Borges Ferreira foi o 24º presidente da Fundação João Pinheiro (2 de dezembro de 2008 a 1º de janeiro de 2011).

Em entrevista concedida à FJP em 20 de setembro de 2017, Afonso Henriques destacou o importante papel exercido pela instituição nas discussões do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)* e sua participação no Comitê do Estado para Resultados, demonstrando o alinhamento entre FJP e Seplag.

As duas grandes demandas da Seplag foram montar o programa de capacitação e treinamento e a *Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD)*, esta última vinda do Programa Estado para Resultados, por sua vez vinculado à Seplag [...] Sempre houve uma colaboração muito intensa. Também participávamos das discussões do PMDI, e eu fazia parte do Comitê do Programa Estado para Resultados, que era responsável pela seleção dos empreendedores públicos. [...] Nessa época, estávamos muito presentes nos trabalhos em conjunto com a Seplag. O meu tempo era quase igualmente dividido entre Fundação, Seplag ou Estado para Resultados [...]

E a FJP sempre prestou serviços para outras áreas do governo. Tinha a *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)* com a Secretaria de Assuntos Sociais [...] nós estávamos prestando serviços para várias áreas (FERREIRA, 2018, p.24 -25).

Nesse contexto, em 2009, é publicado o Decreto Estadual nº 45.029, de 29 de janeiro, que criou o Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados, de natureza consultiva, com a finalidade de coordenar as atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas no estado de Minas Gerais⁸⁴. O presidente da FJP fazia parte desse núcleo com a tarefa de acompanhar o andamento da *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD)*, implantada por meio de um projeto piloto executado pelo Programa Estado para Resultados (EpR) em parceria com o Banco Mundial:

A ideia de se ter uma pesquisa domiciliar em Minas Gerais surgiu em meio às discussões realizadas entre EpR e seus diversos parceiros, entre eles o Banco Mundial e a Fundação João Pinheiro, com vistas ao aprimoramento da gestão para

84 O Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados foi instituído observado o disposto no art. 2º, I, da Lei Estadual nº 17.347, de 16 de janeiro de 2008, que dispõe que integram o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2008-2011 o Anexo I, contendo os programas e as ações da administração pública estadual, organizados pelas áreas de resultados definidas na Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), evidenciando os Programas Estruturadores, os Programas Associados e os Programas Especiais.

resultados. Esse aprimoramento seria possível, em alguma medida, com a ampliação das possibilidades de se construir indicadores que medissem a efetividade da política pública implementada no estado e que estivessem mais diretamente relacionados (*sic*) aos resultados esperados no médio e longo prazo (*sic*) estabelecidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023 (PMDI 2007-2023) (MINAS GERAIS, 2008, p.3).

Baseada em uma amostra de 18 mil domicílios, distribuídos nas dez regiões de planejamento do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a *PAD*, realizada a cada dois anos, coletava informações sobre saúde, educação, trabalho, renda e benefícios, entre outros temas, além das características das residências e dos indivíduos. Os dados serviam de base para a construção de uma formulação da realidade social, econômica e cultural da população mineira, orientando o direcionamento de esforços e recursos específicos para as diferentes regiões do estado⁸⁵.

Destaca-se o caráter inovador do projeto piloto para aplicação da *PAD*, com a elaboração de questionários eletrônicos para a pesquisa, com conteúdo inédito e considerável grau de complexidade em prazo exíguo (MINAS GERAIS, 2008).



*Lançamento do Boletim PAD-MG.
Presidentes Marilena Chaves,
Ricardo Luiz Santiago e Afonso
Henriques Borges Ferreira,
outros servidores da FJP e Gláucia
Macedo, do EpR – 2014*

Fonte: RI-FJP/MG

⁸⁵ <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2766-pesquisa-por-amostra-de-domicilios-pad-mg-e-boletins-pad>. Acesso em: 1 jun.2019.

Ferreira (2018) lembrou que, embora existissem várias dificuldades do ponto de vista administrativo para realização de contratações necessárias, do ponto de vista de trabalho, foi possível motivar servidores para o projeto, o que possibilitou a realização de algumas entregas. Ressaltou que a *PAD* foi o projeto maior, mais ambicioso, porque os demais já estavam consolidados e lamentou o fato de a *PAD* não ter ido para a frente, embora parecesse uma boa ideia em princípio, ter uma pesquisa domiciliar.

O ano de 2009 foi de muito trabalho para a FJP. Nesse período, por meio do Decreto Estadual nº 45.094, de 4 de maio de 2009, foi criada a Biblioteca Digital Raymundo Nonato de Castro, com o objetivo de reunir, preservar e tornar disponível a memória técnica e científica, em versão integral e digital, dos órgãos e das entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. À FJP, com o apoio da Seplag, compete a administração, coordenação e monitoramento das atividades da Biblioteca Digital. Ao instituí-la, a FJP evidencia seu alinhamento com as novas tecnologias e demonstra que acompanha a evolução do mundo globalizado. Segundo Ferreira (1994):

Mais do que um simples elenco de atividades, essa ação programada constituiu-se em um diagnóstico do setor, cujas conclusões apontaram para a necessidade da geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos, difusão e uso de informação, recursos humanos e assuntos internacionais relacionados com informação científica e tecnológica (FERREIRA, 1994, p. 04).

Nesse mesmo ano, em 16 de julho, por meio do Decreto Estadual nº 45.137, foi criado o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (Seis), do qual faz parte a FJP. Ele foi instituído na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru MG) com a finalidade de caracterizar os serviços de saneamento básico do estado, por meio da coleta, sistematização e divulgação de informações estatísticas. Conforme disposto no artigo 4º do Decreto

Estadual nº 45.13/09, competia à FJP a operacionalização das ações técnicas e científicas necessárias para a implantação e execução do Seis mediante:

- I - realização direta, execução e gerenciamento das atividades, com vistas à caracterização da qualidade e abrangência dos serviços de saneamento básico no Estado e em seus municípios, de forma contínua;
- II - coleta e sistematização de dados estatísticos sobre saneamento básico, gerados por instituições públicas do Estado;
- III - coleta e sistematização de dados estatísticos sobre saneamento básico, fornecidos pelas prefeituras municipais e pelas operadoras dos sistemas de saneamento;
- IV - checagem da qualidade e consistência das informações levantadas, garantindo a qualidade dos dados estatísticos;
- V - planejamento e aplicação de ações que visem à melhoria contínua da qualidade das informações, inclusive mediante capacitação funcional das instituições, dos municípios e dos órgãos estaduais envolvidos;
- VI - sistematização dos bancos de dados;
- VII - geração de indicadores selecionados para divulgação e subsídio ao planejamento setorial;
- VIII - elaboração de relatórios analíticos; e
- IX - divulgação dos resultados das pesquisas empreendidas, para os órgãos públicos e para sociedade civil em geral (MINAS GERAIS, 2009c).

Ao operacionalizar ações técnicas e científicas necessárias à implantação e execução do Seis, a FJP demonstrou a importância de sua articulação com os demais órgãos e entidades do estado de Minas Gerais, apoiando e fomentando a pesquisa visando ao desenvolvimento do estado.

Durante 2009, foi realizada a *Pesquisa Diagnóstico da Proteção Social Básica nos Municípios Mineiros: uma Análise Sobre Insumos, Processos e Serviços*. A pesquisa procurava atender a demanda formulada pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Subas/Sedese MG). O que se pretendia era a elaboração de um diagnóstico a respeito das unidades do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) em Minas Gerais. Conforme relatório final apresentado pela FJP, a pesquisa centrou-se no estabelecimento de uma análise do funcionamento e da infraestrutura que os equipamentos de proteção social básica dispõem. Objetivou, ainda, a mensuração dos trabalhos, dos processos e dos serviços desenvolvidos, da gestão da informação e do monitoramento das atividades realizadas.

Também conforme relatório final da pesquisa (FJP,2009), além do enfoque centrado na análise dos equipamentos, analisou-se a gestão da assistência social nos municípios mineiros, identificando elementos e dimensões relativas à capacidade estatal para produção de políticas de proteção social no âmbito municipal. Com isso, obtiveram-se informações não apenas da estruturação dos Cras e de sua articulação com os serviços sociais e assistenciais e de outras políticas públicas municipais, mas também a respeito do desenvolvimento da gestão nos municípios.

Para o órgão gestor estadual, a produção de informações sobre o funcionamento dos Cras e sobre as configurações da gestão da política de proteção nos municípios mineiros contribuiu, de forma efetiva, para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Ao buscar capturar a diversidade de situações de vulnerabilidade e as condições heterogêneas dos municípios para enfrentá-las, a pesquisa ofereceu subsídios para ampliar a capacidade de coordenação do órgão gestor estadual e para fortalecer sua ação no campo da proteção social (FJP,2009).

Fechando 2009, foi realizado o seminário *Proteção Social Não-Contributiva e Vulnerabilidade Social: Modelos e Desafios para a Intervenção Pública*. O evento contou com importantes apresentações, tais como: *Social Models: a Nordic Perspective*, de Kenneth Nelson (Universidade de Stockolm); *La Integración de Políticas Sociales: Aspectos Conceptuales y Modelos Organizacionales*, de Roberto Martinez Nogueira (Argentina); e *Intersectorialidad y Gestion Integral de la Protección Social: ¿De Qué Hablamos?*, de Fabian Repetto (Argentina). A efetivação desse seminário demonstrou a articulação acadêmica entre a FJP, instituições públicas, particulares, nacionais, internacionais e contribuiu com a consolidação na formação profissional e na implementação de políticas públicas, colocando, mais uma vez, a FJP em posição de destaque como instituição de pesquisa e ensino.

Em 2010, com parceria entre o Banco Mundial e a FJP, foi realizada a pesquisa *Building the Evidence Base of Crime and Violence Prevention in Brazil – Case of Minas Gerais*, que procurou:

[...] por meio de estratégias distintas, construir evidências sobre a prevenção do crime e da violência no Brasil, mapeando-se possíveis explicações sobre a redução da criminalidade ocorrida na década de 2000, em específico no Estado de Minas Gerais e sua capital, Belo Horizonte (CRUZ *et al.*, 2011).

Essa pesquisa foi realizada por pesquisadores do Centro de Estudos de Políticas Públicas e da Escola de Governo, o que demonstra a grande articulação entre as diretorias da FJP.

Em 2011, Marilena Chaves⁸⁶ assume a Presidência da FJP. Única mulher a ocupar o cargo até o presente momento, torna-se a 25ª presidente da instituição. Economista de formação, começou sua carreira na FJP como estagiária na década de 1970 e testemunhou os primeiros passos da instituição e a sua consolidação no planejamento estadual. Ainda nesse período, foi contratada como assistente de administração para trabalhar no projeto *A Nova Industrialização de Minas*. No início dos anos 1990, foi efetivada no cargo de pesquisador pleno. Também exerceu os cargos de Subsecretária da Indústria, Comércio e Serviços na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede MG),

86 Primeira mulher a ocupar o cargo, Marilena Chaves foi a 25ª presidente da Fundação João Pinheiro (12 de janeiro de 2011 a 17 de janeiro de 2015).

Secretária Adjunta de Turismo e Diretora de Planejamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), de onde veio para assumir a presidência da FJP (CHAVES, 2017).

A primeira designação que o professor Anastasia me deu foi continuar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no mesmo posto, como subsecretária de Indústria, Comércio e Serviços. No dia seguinte, porém, eu ainda estava recebendo cumprimentos pela minha nomeação, ele mudou de ideia e me designou presidente da Fundação João Pinheiro (CHAVES, 2017, p.17).

Em entrevista à FJP, a presidente Marilena Chaves pontua a sua veia de pesquisadora e como sua gestão enfatizou essa identidade da FJP:

Eu gostava mesmo era de entrar nos projetos. Nessa época, foi elaborado pela equipe da FJP o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Eu lia tudo. Quando não dava tempo, eu escutava as apresentações e dava opinião [...] Ficava fascinada com os estudos da Mineiriana. Procura levar visibilidade para a Mineiriana, o *IDHM* e assim levar visibilidade para Fundação João Pinheiro... Visibilidade internacional, inclusive com várias premiações. O *IMRS* é um trabalho sensacional. [...]

O Programa de Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e Distrito Federal (Prodev), também foi muito importante e nós fizemos um projeto que era de apoio à administração de todo o país, de todas as gestões estaduais para o Consad, que é o Conselho de Secretários de Administração de todos os estados, do país (CHAVES, 2017, p. 24 - 28).

Corroborando o depoimento da presidente Marilena Chaves, nesse período foram desenvolvidos o *IDHM* e o *IMRS*. Também, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE MG) doou aos municípios mineiros o *Atlas da Educação de Minas Gerais*, elaborado pela FJP. Ele continha os dados estatísticos necessários ao diagnóstico da educação de cada município. Isso se deu a partir da publicação da Lei Estadual nº 19.481/11, que instituiu o plano decenal de

educação do estado, com as diretrizes e metas da educação no período de 2011 a 2020, para que os 853 municípios pudessem elaborar cada um seu plano.

Ainda em 2011, por meio do Decreto Estadual nº 45.755, foi criada a medalha Professor Paulo Neves de Carvalho, destinada a homenagear o cidadão mineiro que tenha:

- I – desempenhado como agente público papel de extraordinária relevância em prol da administração pública estadual;
- II – contribuído de maneira relevante para a expansão do desenvolvimento das boas práticas de gestão pública;
- III – atuado com notável destaque na gestão pública do Estado; ou
- IV – realizado trabalhos, estudos e pesquisas acadêmicos ou científicos que contribuam para a gestão pública (MINAS GERAIS, 2011a).

Grande defensor da valorização do funcionalismo público, Paulo Neves de Carvalho, que dá nome à Escola de Governo/FJP, talvez influenciado por sua formação – mestre e doutor em Ciência da Administração Pública – sustentava a tese de que o direito administrativo sozinho não resolveria problemas organizacionais. Do mesmo modo, alertava para o fato de que administração pública pouco se debruçava sobre o comportamento do agente público como pessoa empenhada na consecução dos objetivos fundamentais do Estado. Para o professor, a escola de formação do agente público seria suporte para viabilizar um modelo de gestão pública. Além disso, Carvalho acreditava ser impossível avançar na gestão pública sem investimento na formação de seus agentes (PINTO; RODRIGUES, 2014).

Foram agraciados com a medalha: o professor Vicente de Paula Mendes (2012); o desembargador José Fernandes Filho (2013); o senador Antonio Augusto Junho Anastasia (2014) e a professora Maria Coeli Simões Pires (referente a 2015, recebida em 2018).

Em março de 2012, foi realizado o seminário *Participação e Políticas Públicas: Avaliando a Efetividade das Instituições Participativas no Brasil*. Na ocasião, foi lançado o livro *Efetividades*

nas Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. O evento foi realizado em parceria com o Ipea e contou com Leonardo Avritzer (UFMG), Roberto Pires (Ipea) e Flávia Brasil (FJP) como palestrantes.

Em outro seminário, foi tratado o tema corrupção e transparência, realizado em abril de 2012 e em parceria com a UFMG, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE MG), Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais (OGE MG), Controladoria Geral da União (CGU) e Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE MG). A discussão a respeito do fenômeno da corrupção é extremamente atual e relevante para a administração pública, uma vez que “a corrupção administrativa prejudica o profissionalismo do serviço público e frustra os servidores honestos, afetando seu desempenho e reduzindo sua produtividade” (BREI, 1996, p.108).

Em junho de 2012, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), teve lugar o curso *Participação Popular, Controle de Políticas Públicas e Planejamento Governamental*, ministrado pela professora Vanice Regina Lírio do Valle, procuradora do município do Rio de Janeiro. Ao longo do curso, houve vários debates com professores convidados. Um dos debates, *Judicialização das Políticas Públicas e a Subversão do Planejamento Estatal: Alternativas de Provimento Jurisdicional*, contou com as participações de Elida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Licurgo Joseph Mourão de Oliveira, auditor (conselheiro substituto) do TCE MG. Ainda em junho, com o apoio da Fapemig, foi realizado o curso *Administración Pública Relacional: Gestión De Redes y Dinámicas Relacionales*, ministrado por Joaquín Brugué Torruella, professor na *Universidad Autónoma de Barcelona*. Os eventos conotam os múltiplos diálogos promovidos pela instituição com espaços estaduais e internacionais.

Agosto de 2012 foi de muito movimento da FJP. No dia 14, foi realizado o seminário *Regulação de Serviço Público*, durante o qual o professor e advogado Marçal Justen Filho proferiu a palestra *Atualidades do Direito Administrativo Brasileiro*, e Maura Galuppo, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), falou sobre a composição das tarifas de energia elétrica. No dia 24, foi realizado

o seminário *Direito Administrativo e Sustentabilidade*, com a participação do conselheiro do TCE MG Cláudio Couto Terrão e de Juarez Freitas, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No mesmo dia, foi inaugurado o busto em homenagem ao professor Paulo Neves de Carvalho e lançado o livro *Paulo Neves de Carvalho: Suas Lições por seus Discípulos*.

Em 20 de setembro, ocorreu reunião especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), requerida pelos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão, em homenagem à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho pelos seus 20 anos de fundação. Na ocasião, o governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia, entregou a medalha Professor Paulo Neves de Carvalho ao professor Vicente de Paula Mendes.



*Entrega da medalha Professor
Paulo Neves de Carvalho
ALMG – 2012*

Fonte: RI-FJP/MG

A presidente Marilena Chaves chama a atenção para 2014, quando foram celebrados os 45 anos da Fundação João Pinheiro e os 22 anos da Escola de Governo:

A Escola de Governo estava muito bem, como sempre foi. Nesse período, eram comemorados os 45 anos da Fundação João Pinheiro e também os 20 anos da Escola de Governo. E o ano do professor Paulo Neves, patrono da Escola. Então foi um ano de

muitas celebrações realizamos encontros demonstrando toda essa evolução. Foi um período muito feliz (CHAVES, 2017, p.24).

Ainda em setembro de 2012, foi realizado o seminário *Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público*, com a participação de Rosane Marques, vice-presidente da FJP, e Fernanda de Siqueira Neves, subsecretária de Gestão de Pessoas da Seplag MG.

Em outubro de 2012, realizou-se o seminário *A Fuga para o Direito Privado: As Novas Formas de Atividade Contratual da Administração Pública*. Ele contou com os palestrantes Maria João Estorninho, catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a professora Luísa Cristina Pinto e Neto e o professor da UFMG Florivaldo Dutra de Araújo e, em novembro de 2012, caminhando para o encerramento do ano comemorativo do 20º aniversário da Escola de Governo, foi a vez de outro, *O Controle de Progressividade no Custeio dos Direitos Fundamentais*, com participação da professora Élide Graziane Pinto.

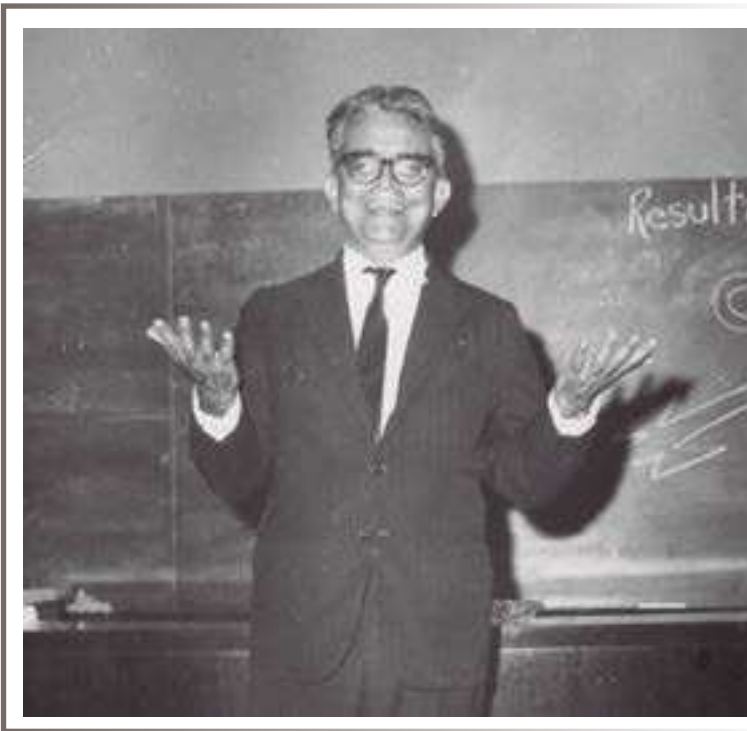
Encerrando 2012, mais um seminário, *A Experiência Exitosa do EPPGG⁸⁷*, do qual participaram as egressas do Curso de Administração Pública Ana Luiza Gomes Araújo, Mônica Moreira Esteves Bernardi, Maria Isabel Araújo Rodrigues e Kamila Pagel de Oliveira.

Os eventos que marcaram os 20 anos de história e memória da Escola de Governo, importante braço da FJP, evidenciaram a forte articulação entre FJP e outras instituições de pesquisa, além de profissionais que atuam tanto na esfera pública quanto na de natureza privada. E o mais importante, evidenciam a preocupação da FJP em participar dos debates contemporâneos com profissionais de referência nas respectivas áreas de conhecimento.

Além dos eventos, um dos atos comemorativos foi a criação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho, por meio do Decreto Estadual nº 45.937, de 23 de março de 2012. Sua finalidade é desenvolver atividades de recuperação, discussão, produção,

87 EPPGG: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

preservação e divulgação da memória do professor nas dimensões humana, científica, acadêmica, profissional, institucional e social.



Professor Paulo Neves de Carvalho

Fonte: RI-FJP/MG

Iniciou-se 2013 com a renovação do reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública por intermédio do decreto com numeração especial 43, de 7 de janeiro de 2013. O reconhecimento foi obtido após a Escola de Governo passar por um processo de avaliação feito por comissão instituída pelo Conselho Estadual de Educação, que atribuiu nota máxima ao curso. A avaliação corrobora a qualidade do curso e seu caráter inovador.

Durante 2013, várias discussões sobre inovação foram iniciadas. Em uma delas, a FJP, por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos/Fundação de Amparo à Pesquisa de Estado de Minas Gerais (PCRH/Fapemig), promoveu o curso *Modelos de Análise de Programas Intersetoriais e de Inovação na Gestão Pública*. Para ministrá-lo, foi convidada Nuria Cunill-Grau, especialista nos temas de gestão e políticas públicas, sobretudo no âmbito da democratização das relações entre

Estado e sociedade e sistemas de monitoramento e avaliação, no contexto da América Latina. Ele contou com a participação de vários pesquisadores da FJP e docentes da Escola de Governo e foi um embrião para as discussões sobre a necessidade de refletir sobre inovação no setor público.

O ano de 2013 foi encerrado com a realização, na Escola de Governo, do 4º Congresso Internacional: *Governo, Gestão e Profissionalização em Âmbito Local Frente aos Grandes Desafios do Nosso Tempo*. A conferência de abertura, *La Participación Ciudadana: Banalizada en Tiempos de Bonanza, Imprescindible en Tiempos de Crisis*, foi proferida por Joaquín Brugué Torruella, da *Universidad Autónoma de Barcelona/Igop*; a de encerramento, *La Gestión Pública Municipal en México: Situación Actual y Perspectivas en un Mundo Globalizado*, por Arturo Ordaz Álvarez, da *Universidad de Sonora*. Durante o congresso, foram apresentados artigos em oito eixos temáticos: federalismo e governos locais; fortalecimento do governo municipal; desenvolvimento regional; governança e participação social; governos locais e problemas centrais da governabilidade; modernização dos governos e inovação administrativa; profissionalização do serviço público e, por fim, ética e governo. Durante o congresso, foram apresentados 85 trabalhos disponíveis no site da FJP⁸⁸.

Em 2014, foi lançado o livro *Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho: O Êxito da Experiência Mineira no Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão*. Ele destinou-se a estimular uma reflexão crítica a respeito de temas relevantes à gestão pública e contou com nove artigos de autoria de pesquisadores, professores e colaboradores da Escola de Governo.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria e a modernização dos recursos humanos, por meio da educação a distância nas três esferas de governo e em empresas privadas, em 2014, foi implantado o Núcleo de Educação a Distância na Escola de Governo. Durante o ano, foi ainda consolidado o Núcleo de Referência à Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho por meio da constituição do acervo físico e digital (5 000 documentos diversos aproximadamente) e da publicação

88 <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/4congresso-internacional>

de um artigo científico na Revista Fórum Municipal & Gestão das Cidades. Nele ocorreu a discussão sobre a concepção do direito administrativo vivo, a partir de sua ótica.

Por fim, foi implantado o novo projeto pedagógico para o Curso de Administração Pública (Csap) na Escola de Governo. Ele continha os seguintes pontos diferenciais: currículo flexível; ampliação da carga horária total para integralização do curso para 3.265 horas; inclusão de disciplinas optativas e projeto aplicado e inclusão das atividades de imersão; entre outros. Com a implantação do novo projeto pedagógico, buscou-se mais aproximação entre a teoria e a prática. Por isso, entre as novidades do Csap, a decisão foi destacar as atividades de imersão profissional. Elas permitem aos alunos atuarem nos municípios mineiros com um objetivo duplo: fazer com que contribuam para a administração pública local, utilizando e aplicando o conhecimento e a competência adquiridos em sala de aula e possibilitar a vivência de diferentes realidades, contribuindo para a sua formação. A partir dos projetos de imersão profissional, o Estado pode fortalecer sua capacidade, sobretudo nas ações que possuem ligação com o município, melhorando a articulação em rede e os resultados das políticas públicas intersetoriais, por meio da atuação dos alunos orientados por professores do Csap.

Ao longo do período de 2007 a 2014, a FJP teve uma atuação estratégica e inovadora que só foi possível pela excelência e comprometimento de seus pesquisadores e seu corpo técnico administrativo formado por servidores qualificados, capazes de inovar, com conhecimento sistêmico e possuidores de competências diversas. Em 50 anos de existência, a FJP continua reconhecida por sua excelência no ensino, pela produção de estatísticas e criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.

Referências

BREI, Zani Andrade. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. **RAP**, Rio de Janeiro, v.30, n. 3, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8088/6904>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CHAVES, Marilena. Belo Horizonte, 1 set. 2017. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz; BATITUCCI, Eduardo; PEIXOTO, Betânia; GODINHO, Letícia; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sérgio Félix da. **Criminalidade em Belo Horizonte: notas para discussão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. (Texto para Discussão, 1).

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. Belo Horizonte, 20 set. 2017. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

FERREIRA, José Rincon. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v.23, n.1, p. 9-15, janeiro de abr. 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Experiências de financiamento à cultura em municípios de Minas Gerais: gastos públicos, aparato institucional e mecanismos de incentivo**. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH**. Boletim Anual 1996, ano 2, n.1, jan. 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH**. Boletim Anual 2008, ano 14, n.13, jan. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Pesquisa Diagnóstica da Proteção Social Básica nos Municípios Mineiros**: uma análise sobre insumos, processos e serviços. Belo Horizonte: FJP, 2009.

MARTINS, Amilcar, 13 jun. 2018. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 45.937, de 23 de março de 2012**. Cria o Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte: ALMG, 2012. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45937&comp=&ano=2012&aba=js_textoAtualizado#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.029, de 29 de janeiro de 2009**. Cria o Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009a. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45029&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 01 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.094, de 4 de maio de 2009.** Institui a Biblioteca Digital Raymundo Nonato de Castro, dispõe sobre sua atuação no armazenamento e divulgação da memória técnico-científica dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45094&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.137, de 16 de julho de 2009.** Cria o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento - SEIS, e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009c. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45137&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.755, de 7 de novembro de 2011.** Cria a “Medalha Professor Paulo Neves de Carvalho”. Belo Horizonte: ALMG, 2011a. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45755&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.758, de 07 de outubro de 2011.** Dispõe sobre o 20º Aniversário da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: ALMG, 2011b. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45758&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº. 19.481, de 12 de janeiro de 2011.** Institui o Plano Decenal de Educação do Estado. Belo Horizonte: ALMG, 2011c. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19481&comp=&ano=2011&aba=js_textoAtualizado#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. Vice-governadoria. **Relatório e parecer do projeto piloto da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais.** Documento interno. Belo Horizonte, 2008.

PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. A Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho” da FJP e a formação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE GOVERNO, 10, 2014, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ENAP, 2014.

PIRES, Valdemir; SILVA, Suylan de A. M.; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando de Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v.6, n.3, jul./set. 2014, p.110-126. ISSN 2175-5787.

REDE BRASILEIRA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO. **Como associar-se**. Rio de Janeiro, 5 out. 2016. Disponível em: <http://redebrasileirademea.ning.com/page/como-associar-se>. Acesso em: 31 maio 2019.

SANTIAGO, Ricardo Luiz. Belo Horizonte, 22 fev. 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.